

Diário do Legislativo de 29/09/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - RESOLUÇÃO

2 - ATAS

2.1 - 91ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.2 - 38ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Escola do Legislativo do Estado de Minas Gerais pelo Transcurso de seus 15 Anos de Criação, e à Abertura X Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo - Abel

2.3 - 60ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.4 - Reunião de Comissões

3 - ORDEM DO DIA

3.1 - Mesa da Assembléia

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

7 - MANIFESTAÇÕES

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

9 - ERRATA

RESOLUÇÃO

Resolução Nº 5.307, de 28 de setembro de 2007

Aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica aprovada, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação, em favor de Christiana Lemos Turza Ferreira, de terra devoluta situada no lugar denominado Fazenda Cabeceira do Brejo, Município de Montezuma, com área de 157,0642ha (cento e cinquenta e sete vírgula zero seiscentos e quarenta e dois hectares).

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 28 de setembro de 2007; 219º da Inconfidência Mineira e 186º da Independência do Brasil.

Deputado Alberto Pinto Coelho – Presidente

Deputado Dinis Pinheiro – 1º-Secretário

Deputado Tiago Ulisses – 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/9/2007

Presidência dos Deputados João Leite e Carlin Moura

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.640 e 1.641/2007 - Requerimentos nºs 1.231 a 1.233/2007 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Assuntos Municipais, de Direitos Humanos, de Educação e do Trabalho (2) e do Deputado Sávio Souza Cruz - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Célio Moreira - Chico Uejo - Délio Malheiros - Domingos Sávio - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Leonardo Moreira - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Padre João, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Weliton Prado, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, prestando informações sobre o Requerimento nº 705/2007, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig, prestando informações sobre o Requerimento nº 808/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça.

Do Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário Adjunto de Fazenda, dando ciência do valor da Receita Corrente Líquida referente ao período de setembro de 2006 a agosto de 2007. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, Subsecretário de Transportes, prestando informações sobre o Requerimento nº 897/2007, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Jadir Gomes Rabêlo, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade substituto da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 5/2005, bem como da publicação no "Diário Oficial da União". (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Dá denominação à Unidade de Pronto Atendimento - UPA.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Acrízio Menezes a Unidade de Pronto Atendimento - UPA -, com sede no distrito de Justinópolis, Município de Ribeirão das Neves.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de setembro de 2007.

Irani Barbosa

Justificação: Este projeto visa homenagear o cidadão nevensense Acrízio Menezes, que teve papel marcante na sociedade de Ribeirão das Neves.

Sendo assim, nada mais justo que atribuir o seu honrado nome à unidade de pronto atendimento de que trata esse projeto.

Em face do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de lei Nº 1.641/2007

Declara de utilidade pública a associação Rede Mineira de Inovação - RMI.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a associação Rede Mineira de Inovação - RMI -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de setembro de 2007.

Carlos Mosconi

Justificação: A Rede Mineira de Inovação - RMI -, é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 4/8/97, anteriormente denominada Rede Mineira de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, Parques, Pólos e Tecnópolis - RMI.

A RMI é uma associação que visa ao estudo, à pesquisa e à experimentação, a novos modelos sócio-produtivos e à divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, com a finalidade de fortalecer o empreendedorismo no Estado de Minas Gerais.

A Rede Mineira de Inovação é organizada e regida conforme as disposições do Código Civil brasileiro (Lei nº 10.406, de 10/1/2002), em especial os arts. 53 a 61, regendo-se, ainda, pelos fundamentos trazidos pela Lei Federal nº 9.790, de 1999, pelas demais legislações que lhe sejam aplicáveis e pelos seus Estatutos.

Para efeito do disposto na alínea "c", inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal, assim como do art. 14 do Código Tributário Nacional (CTN) e art. 4º da Lei nº 9.790, de 1999, a RMI funcionará observando os preceitos e normas específicas.

Todas as ações dessa entidade devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência. Não há distribuição entre os seus associados, Conselheiros, Diretores, empregados ou doadores, de excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, parcelas de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no seu resultado, sendo seus rendimentos integralmente aplicados na consecução dos seus objetivos sociais. Também são adotadas práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no processo decisório. A escrituração de suas receitas é mantida em livros revestidos de formalidades legais e capazes de assegurar sua exatidão. A RMI lida com incubadoras de empresas e empreendimentos, Parques, Pólos e Tecnópolis do Estado de Minas Gerais; além de entidades públicas e privadas, centros tecnológicos, universidades e representantes de órgãos de fomento.

A RMI tem o objetivo de organizar, articular e promover o crescimento das incubadoras de empresas, Parques, Pólos, Tecnópolis e quaisquer outras atividades e movimentos cujo objetivo seja o desenvolvimento e o fortalecimento de empreendimentos inovadores que busquem como resultado o crescimento econômico, social e o desenvolvimento regional do Estado de Minas Gerais. Objetiva também criar e manter um sistema integrado de informações, incluindo a difusão de avanços tecnológicos, sobre seus associados e parceiros; desenvolver e aplicar tecnologias de gestão; estimular a implantação de empreendimentos inovadores no Estado de Minas Gerais; fomentar o intercâmbio entre seus associados e parceiros no Estado de Minas Gerais, no Brasil e no exterior; desenvolver projetos ligados ao fomento, inclusive identificando área de cooperação; realizar recursos, encontros, seminários e "workshops", ligados a assuntos de interesse para os seus associados no Estado de Minas Gerais; implantar um sistema de avaliação de resultados de empresas; apoiar projetos de *marketing* conjunto das cidades mineiras; prestar assessoramento consultivo para empresas associadas à RMI, bem como para usuários participantes da rede; estimular a aplicação de capital de risco em empreendimentos inovadores; desenvolver projetos específicos de pesquisa e desenvolvimento em incubação de empresas, com entidades privadas ou em cooperação com o poder público nos âmbitos municipal, estadual e federal, visando ao fortalecimento da área tecnológica no Estado de Minas Gerais e sua mais ampla utilização pela sociedade; organizar e buscar parcerias e outros tipos de apoios perante empresas e organizações não governamentais, brasileiras ou estrangeiras.

Pelas razões expostas, estando a associação em concordância com os dispositivos legais, espera o autor deste projeto lograr sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Turismo, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.231/2007, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Fazenda com vistas a que seja acrescentada, no novo contrato a ser firmado com as instituições financeiras responsáveis pela folha de pagamento do Estado, cláusula relativa à não-retenção de remuneração ou proventos dos servidores ativos e aposentados, em razão de operações de crédito, salvo na situação que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 1.232/2007, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de informação sobre os motivos da utilização do poste de madeira em detrimento do poste de cimento no programa Luz para Todos.

Nº 1.233/2007, do Deputado André Quintão, em que solicita inserção nos anais da Casa da matéria publicada no jornal "Hoje em Dia" de 26/9/2007, sob o título "Exploração Infantil". (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Assuntos Municipais, de Direitos Humanos, de Educação e do Trabalho (2) e do Deputado Sávio Souza Cruz.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para destinar a 1ª Parte desta reunião à realização do Seminário "Região Sudeste", da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

- A ata deste evento será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Assuntos Municipais, de Direitos Humanos, de Educação e do Trabalho (2), cujo teor foi publicado na edição anterior.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de terça-feira, dia 2 de outubro, às 9 horas, e para a reunião extraordinária também de terça-feira, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 2/10/2007.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 38ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/9/2007

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Florian Augusto Coutinho Madruga - Agradecimentos - Palavras do Sr. Alaôr Messias Marques Júnior - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Roberto Carvalho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Gilberto Abramo - Luiz Tadeu Leite - Wander Borges - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Almir Paraca, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Francisco Caminha, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, e Deputado Roberto Carvalho; a Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 4ª-Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; e os Exmos. Srs. Deputado Joares Ponticelli, Presidente da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florian Augusto Coutinho Madruga, Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo - Abel -, e Alaôr Messias Marques Júnior, Gerente-Geral da Escola do Legislativo.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do Exmo. Sr. Vereador José Antônio Gouveia, Presidente da Câmara Municipal de Viçosa, e da Exma. Sra. Vereadora Ana Pascoal, da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização, por solicitação do Colégio de Líderes, de homenagem à Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pelo transcurso de seus 15 anos de criação, e à abertura do X Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo - Abel.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional elaborado em comemoração aos 15 anos da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

(- Por problemas técnicos, o vídeo foi exibido ao final da reunião.)

Palavras do Sr. Florian Augusto Coutinho Madruga

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho, em cujo nome saúdo todos os demais membros da Mesa; senhores dirigentes de Escolas do Legislativo de todo o Brasil aqui presentes; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; Srs. Vereadores; Sras. Vereadoras; colegas da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; meus senhores e minhas senhoras.

"Os militares, o clero, / os meirinhos, os fidalgos que os conheciam das ruas, / das igrejas e do teatro, / das lojas dos mercadores / e até da sala do Paço; / e as donas mais as donzelas / que nunca o tinham mirado, / os meninos e os ciganos, / as mulatas e os escravos, / os cirurgiões e os algebristas, / leprosos e encarangados, e aqueles que foram doentes / e que ele havia curado / - agora estão vendo ao longe, de longe escutando o passo / do Alferes que vai à forca, / levando ao peito o barçoço, / levando no pensamento / caras, palavras e fatos: / as promessas, as mentiras, / línguas vis, amigos falsos, / coronéis contrabandistas, / ermitões e potentados, / estalagens, vozes, sombras, / adeuses, rios, cavalos..."

São versos de Cecília Meireles, da sua obra "Romanceiro da Inconfidência", relatando, no capítulo "Do Caminho da Forca", o calvário de Tiradentes.

Sr. Presidente, a terra de Tiradentes, as Minas Gerais, recebe, engalanada, nesta noite, em sua Assembléia Legislativa, dirigentes das Escolas do Legislativo e de Contas de todo o Brasil, para comemorar os 15 anos de criação da Escola do Legislativo de Minas Gerais e para sediar o X Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas.

O sonho de Joaquim José da Silva Xavier, nosso maior herói, de sermos uma pátria livre e soberana, materializa-se hoje, neste Plenário iluminado, palco de tantas glórias do povo mineiro e coração pulsante do Poder Legislativo; poder em que, segundo o Presidente José Sarney, a Nação começou.

A Escola do Legislativo de Minas, Sr. Presidente, foi a primeira luz que se acendeu após a Constituinte de 1988, que, com muita lucidez dos constituintes, gravou, em seu art. 39, § 2º: criem-se escolas de governo nos três níveis dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; capacitem-se os servidores públicos, para que possam ter uma carreira funcional; tornem-se profissionais; enfim, sirvam à sociedade para a qual prestam seus serviços.

Foi em Minas que esse dispositivo constitucional começou a ser cumprido e, num espaço de 15 anos, vemos hoje, Sr. Presidente, que a semente plantada em solo mineiro se espalhou por todo o chão brasileiro.

Com o surgimento da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, em 2003, na cidade inventada por outro mineiro - o Presidente mais querido de toda a história brasileira, o grande Juscelino Kubitschek -, um grupo de servidores do Poder Legislativo - muitos deles aqui presentes -, inspirado no sonho de Tiradentes, deu corpo a essa entidade, com a finalidade de cumprir a Constituição brasileira, estimulando a criação de Escolas do Legislativo e de Contas, congregando-as em torno de um projeto, que é o de capacitar, treinar, reciclar, formar quadros de talentos humanos para administrar o Poder Legislativo, entendendo-se como tal as casas legislativas e de contas municipais, estaduais e federal.

Quatro anos passados, a Abel está presente em todos os 26 Estados, no Distrito Federal e em vários Municípios. Somos, hoje, exatamente 50 Escolas do Legislativo e de Contas em todo o País. Seguimos a luz da Escola do Legislativo de Minas Gerais, como os Reis Magos seguiram a estrela-guia, e estamos chegando, como quem pretende cumprir a caminhada das mil léguas, passo a passo, às 5.654 casas legislativas brasileiras.

Temos duas bandeiras, Sr. Presidente: a da valorização dos servidores do Legislativo, por meio da capacitação, para que assim possam melhor assessorar os parlamentares e atender competentemente o cidadão; e a da ética, para que o Poder Legislativo tenha o respeito de toda a sociedade. Nossa convicção é de alcançarmos nossos objetivos, porque temos a certeza de contarmos com o apoio de V. Exas., Presidentes de casas legislativas, homens públicos com a visão de estadistas, como têm demonstrado à frente do Parlamento nacional. Especialmente V. Exa., Deputado Alberto Pinto Coelho, que preside esta Assembléia Legislativa e o Colégio de Presidentes de Assembléias Legislativas do Brasil, prestigiando as Escolas do Legislativo e de Contas, como ocorreu no último encontro desse Colégio na cidade de Vitória, Capital capixaba, no mês passado.

Nesta data tão significativa, quando a Escola do Legislativo de Minas Gerais completa seus primeiros 15 anos, cumprimento Alaôr Messias Marques Júnior, seu Gerente-Geral e 1º-Vice-Presidente da Abel, profissional da maior competência e dedicação à nobre causa da educação no Legislativo, e, em seu nome, cumprimento toda a equipe de colaboradores da Escola do Legislativo, motivo de orgulho não só para a Assembléia de Minas, mas para todos que trabalham em Escolas do Legislativo e de Contas.

Agradecemos a V. Exa. a generosidade de ter permitido a realização do X Encontro da Abel nas instalações da Assembléia e pela receptividade mineira com que nos acolheu nesta linda Belo Horizonte.

Encerro. Comecei com uma grande poeta, Cecília Meirelles, e termino com um grande poeta, Carlos Drummond de Andrade:

"Minas não é palavra montanhosa. / É palavra abissal. Minas é dentro e fundo. / As montanhas escondem o que é Minas. / No alto mais celeste, subterrânea, / É galeria vertical varando o ferro / Para chegar ninguém sabe onde. / Ninguém sabe Minas. A pedra / O buriti / A carranca / O nevoeiro / O raio / Selam a verdade primeira, sepultada em eras geológicas de sonho. / Só mineiros sabem. E não dizem nem a si mesmos o irrelatável segredo chamado Minas". Muito obrigado.

Agradecimentos

O locutor - A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo agradecem o inestimável apoio dado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e pelo Instituto de Educação Continuada da PUC Minas para a realização do X Encontro da Abel.

Palavras do Sr. Alaôr Messias Marques Júnior

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, na pessoa de quem cumprimento todos os Deputados aqui presentes, do nosso Estado e dos Estados que nos visitam - Paraná, Ceará e Santa Catarina -; demais colegas de todas as Assembléias, Câmaras Municipais, Tribunais de Contas; colegas; servidores da Assembléia e de outros órgãos do Estado, Tribunal de Justiça; todos, enfim, meus amigos que estão nos prestigiando, o meu caloroso boa-noite, em nome da Escola do Legislativo, que aqui recebe todos vocês, não só para a comemoração dos 15 anos, mas para a abertura do encontro das Escolas do Legislativo, o X Encontro da Abel. Falar desses 15 anos da Escola do Legislativo é uma tarefa extremamente complexa, que demoraria muito mais tempo do que o que me propus a falar aqui, até para não cansarmos demais os nossos convidados. Vocês já tiveram oportunidade de conhecer a Escola de Minas, principalmente o pessoal das outras escolas, pois, a cada encontro que realizamos, estou sempre falando, e normalmente muito. Vocês já estão um pouco cansados de me ouvir falar sobre a Escola de Minas. Não me atarei às atividades, ao que fazemos, até porque isso será objeto das nossas discussões ao longo do encontro, nos próximos dois dias. Do que já foi dito da Escola do Legislativo, nesta noite, queria reforçar que tudo o que fazemos um pouquinho - capacitação, reflexão, pesquisa, apoio a agentes políticos e públicos, apoio a Municípios, cidadania, estudantes, parlamento jovem, parcerias, integração -, tudo isso faz parte de um universo que estamos chamando de educação legislativa e que nós, envolvidos nessas instituições, principalmente como dirigentes, coordenadores e condutores, sabemos do desafio, mas também da satisfação que esse trabalho nos proporciona. A minha fala se baseará muito mais no testemunho pessoal dessa responsabilidade e, ao mesmo tempo, do prazer, do orgulho que nos dá estar à frente da Escola do Legislativo, principalmente pela condição de ser a pioneira do País e de, hoje, completar 15 anos. Ao falar desse testemunho, obviamente falamos muito mais com o coração, a paixão e o sentimento do que com números, dados e história. Lembro-me da fala do Hipólito hoje, na inauguração da exposição dos 15 anos da Escola, sobre a sua experiência ao assumir essa responsabilidade, no início da iniciativa da Assembléia de Minas. Comecei a pensar na minha situação, quando fui convidado para assumir, há seis anos, a Escola do Legislativo. Para mim, claramente, foi motivo de novidade, desafio, preocupação, porque não tinha experiência nessa área. Mas propus-me a ser mais um a assentar os tijolos e tentar manter essas paredes de pé e, quiçá, fazer com que elas crescessem cada vez mais. Esse mundo foi desvendando-se para mim como Diretor da Escola a cada atividade, a cada projeto, a cada parceria, a cada idéia. Como a Ruth mencionou na leitura de trecho da exposição, a infinidade de possibilidades e oportunidades que o trabalho da Escola do Legislativo nos abre faz com que esse mundo não tenha limite, não tenha tamanho. Tem-se uma proposta, um objetivo, mas um objetivo amplo o suficiente para contemplar tudo o que podemos trazer com contribuição, não apenas para as nossas instituições, mas para a sociedade como um todo, em termos de cidadania, de participação, de consciência política e cidadã. Essa responsabilidade, embora preocupante de início, foi transformando-se. Isso me parece ser normal com todas as pessoas que trabalham nas Escolas do Legislativo. A realidade vai transformando-se em paixão, missão, compromisso, vontade, emoção, muito mais do que o fazer diário, o que essa tarefa nos remete de grandeza e realização. Então, esse esforço foi transcendendo cada vez mais a obrigação e a rotina, principalmente por sinalizar com possibilidades que nós, atuando através das escolas, temos de contribuir para algo que vai muito além da nossa função na Casa Legislativa, dentro da Escola, que é a construção de um mundo mais justo, de um mundo mais coerente com os nossos desejos e com as nossas vontades. Parece muito grande, parece muito exagerado, muito ilimitado pensar que o trabalho da Escola do Legislativo possa, de alguma maneira, mudar a sociedade, mas acho que todos nós que trabalhamos nas escolas temos esse sentimento, não deixamos de acreditar a cada momento que, pedacinho por pedacinho, estamos fazendo alguma coisa com esse objetivo, que pode demorar, mas podemos estar contribuindo de alguma maneira. Refiro-me ao papel da Escola do Legislativo como uma via de mão dupla. Trabalhamos no âmbito da Casa Legislativa, seja em nossas próprias instituições, seja nas instituições parceiras, como as Câmaras Municipais, tentando construir um corpo parlamentar e técnico condizente com as expectativas e com as aspirações da sociedade. Ao mesmo tempo, somos nós que vamos até a sociedade, a fim de tirá-la da apatia, a fim de tirá-la da indiferença em relação aos poderes públicos, a fim de trazê-la mais para perto do parlamento, procurando não só essa aproximação, como também fazendo com que as instituições e o cidadão sejam merecedores uns dos outros.

Isso é um pouco de tudo o que vimos fazendo ao longo desse tempo. Ao mesmo tempo em que se trata de um projeto muito amplo, até utópico, obviamente temos consciência de que é um processo lento e gradual, que depende de mudança de mentalidade, que não é simplesmente pela nossa vontade, pela nossa atuação pontual que essas mudanças vão-se concretizar. Nossa contribuição está levando-nos a fazer com que isso chegue mais próximo. Através de cada ação, de cada pessoa, de cada resultado, estamos sempre colocando novos tijolos na construção desse futuro que é desejado por todos nós. Antes de passar para alguns agradecimentos, vou-me permitir citar um trecho da leitura feita pela Ruth, nossa coordenadora pedagógica, que, embora não tenha sido citado antes, é de autoria da própria, que sente mais do que ninguém essa missão que todos nós, em casas legislativas, temos a responsabilidade de assumir. O trecho, usado no convite para a solenidade de hoje, diz que "educar para a democracia é preparar para o que não está pronto, para o que está por vir, para o que se constrói no fazer diário e na reflexão comprometida com a superação dos conflitos, por meio da participação, do diálogo e da construção do consenso. É estar atento aos interesses contraditórios de todas as esferas sociais e enfrentar as divergências com seriedade, respeito e espírito público". Acho que essa frase que escolhemos para tirar do texto da exposição e colocar no convite sintetiza muito desse nosso sentimento, dessa nossa vontade e paixão em relação ao trabalho das escolas. Agora me resta, em nome da Escola e de toda a equipe que está aqui - há uma bancada de servidores da Escola ali no fundo -, agradecer a todos, não só aos que se encontram na Escola hoje, mas a todos os que, de alguma maneira, contribuíram para o trabalho e para o sucesso dessa iniciativa ao longo desses 15 anos. Vou-me permitir citar especialmente os Deputados da Casa, não só o Presidente Alberto Pinto Coelho e o Deputado Roberto Carvalho mas toda a Casa - não só os Deputados atuais como também os anteriores -, que sempre reconheceram, valorizaram e apoiaram as iniciativas da Escola do Legislativo. Digo isso como apoio

às outras escolas que estão aqui. Desde a criação da Abel, acompanhamos as dificuldades de vários Estados na consolidação de suas escolas. Esse apoio é fundamental e é conquistado, vem na medida em que esse trabalho vai sendo feito e vai apresentando resultados. Tenham fé e persistência que as coisas acontecem.

Querida agradecer a toda a equipe da Escola, aos servidores antigos, na pessoa do nosso Prof. Antônio Geraldo, nosso mestre que está aqui presente, que até hoje sempre nos honra com seu conhecimento, com sua verve pedagógica; aos ex-dirigentes, que já foram homenageados hoje pelo trabalho sólido e consistente que realizaram e que facilitaram muito minha responsabilidade ao assumir a Escola do Legislativo; aos demais setores da Assembléia aqui representados por alguns Diretores, Gerentes-Gerais, colegas que fazem tornar realidade tudo aquilo que a Escola pensa, crê e é. Dependemos essencialmente de vocês para fazer tudo que fazemos. Então, nosso muito obrigado a vocês também; aos alunos, estudantes, professores, colegas, o Lucas, nosso garoto propaganda do Projeto Parlamento Jovem, servidores públicos, Vereadores, representantes das Câmaras Municipais que são nossas parceiras hoje no Estado de Minas Gerais, num esforço que tem aumentado em todo o País, levar essa preocupação também às Câmaras Municipais, e a outras instituições parceiras, como as universidades, a PUC Minas, cujos representantes são nossos parceiros em vários projetos; órgãos públicos que constituem conosco a rede de escolas de aperfeiçoamento de servidores do Estado de Minas Gerais, colegas do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça aqui presentes. Todos ajudam a dar sustentação e viabilidade aos projetos da Escola do Legislativo. Destacaria, nesse aspecto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que já foi mencionada aqui a título de agradecimento, e a PUC Minas, por meio do Instituto de Educação Continuada, que estão apoiando a realização deste Encontro da Abel. Finalmente agradeço à Abel, ao nosso Presidente Florian Madruga e a todos os colegas aqui presentes, de outras Escolas do Tribunal de Contas e do Legislativo, que aceitaram nosso convite para este encontro, em Belo Horizonte. Há quatro anos me cobram a realização deste encontro aqui em Belo Horizonte. Tudo chega um dia. Querida agradecer a todos vocês a troca de experiências, o crescimento mútuo. Somos testemunhas de que esse crescimento compartilhado entre nós valoriza, dá sustentação e força ao trabalho de cada um e à idéia, ao conceito e à proposta da Escola do Legislativo. O Florian já mencionou o resultado que este trabalho teve em todo o País, a partir da criação da Abel.

Gostaria de falar também a vocês que estão aqui hoje, chegando para o nosso encontro das escolas - não para as instituições, mas para as pessoas -, que, ao longo desse tempo, tornamo-nos amigos, companheiros, colegas, e isso é tão ou mais importante que compartilhar experiências, projetos e sonhos. Conhecemo-nos hoje como irmãos, espalhados por todo este país, o que para nós é uma honra muito grande. É um prazer imenso, de coração, ter vocês aqui. Estou emocionado.

Querida agradecer também aos representantes das outras Assembléias e dar-lhes nossas boas-vindas. A nossa expectativa é que a participação de vocês no encontro das escolas seja muito proveitosa e que sua estada em Belo Horizonte seja o mais prazerosa possível. Cuidaremos disso com todo o carinho.

Para concluir, queria simplesmente falar que fica para todos nós, que estamos comemorando esses 15 anos da Escola do Legislativo, o desafio de fazer com que esse sonho aumente, espalhe-se e cresça cada vez mais. Todos nós aqui presentes temos consciência disso e responsabilidade nisso: criar não só a Escola do Legislativo, mas também essa sociedade que desejamos.

Sonhos e desejos, ainda que vividos com paixão, como falei, buscados com toda essa perseverança, estão muitas vezes próximos da utopia. E aí encerrarei com uma citação que a Ruth gosta muito de fazer e pela qual sou apaixonado. Terei de contar primeiro que ela fez uma palestra na inauguração da Câmara-Escola de Viçosa. Ao falar sobre o trabalho das escolas para os Vereadores que estavam lá, todos da equipe da Escola que estavam assistindo choraram, para vocês terem uma idéia de como foi emocionante. E achei mais bonito o Vereador que chegou, ao final, e lhe disse: "Você falou tão bonito. Não entendi nada, mas deu para perceber que estava muito bonito". E ela encerrou essa apresentação com uma frase do poema do Eduardo Galeano sobre utopia, que diz: "Ela está no horizonte, me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos; caminho dez passos, e o horizonte se afasta dez passos; por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para nos fazer caminhar". Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral da Assembléia Legislativa, que, sob a regência do maestro Guilherme Bragança, apresentará as seguintes músicas: "Moon River" e "Carinhoso".

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Renovando a ilustre presença do Deputado Francisco Caminha, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; Deputada Cida Borghetti, 4ª-Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Joares Ponticelli, Deputado Estadual por Santa Catarina, meu companheiro de partido; Florian Augusto Coutinho Madruga, Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo; Alaôr Messias Marques Júnior, Gerente-Geral da Escola do Legislativo, nosso companheiro de Assembléia, desejo estender os cumprimentos a todos os componentes da Escola do Legislativo da Assembléia do Estado de Minas Gerais, bem como aos dirigentes das Escolas do Legislativo de outros Estados, que também abrilhantam e muito, com sua presença e participação neste encontro.

A comemoração dos 15 anos de existência da Escola do Legislativo, parte fundamental do esforço da Assembléia Legislativa de Minas Gerais na construção de uma cidadania democrática, nos leva à reflexão sobre o pensamento de Rousseau: "A pátria não subsiste sem liberdade, nem a liberdade sem a virtude, nem a virtude sem os cidadãos".

Democracia significa, no Brasil de hoje, a consolidação dos direitos políticos da cidadania pela prática das virtudes republicanas e democráticas. Entre as virtudes republicanas, destacam-se o respeito ao bem público e a responsabilidade no exercício do poder. Como virtudes democráticas, salientam-se o amor à igualdade e a aceitação da vontade da maioria, mas com respeito aos direitos das minorias.

Liberdade, cidadania, virtudes republicanas e democráticas constituem a base de uma visão da educação como processo de inserção social, privilegiado pelo regime democrático.

Num cenário de mudanças profundas, tributário da Constituição de 1988, que devolveu às Assembléias Estaduais atribuições cortadas pelo regime militar, surgiu a Escola do Legislativo.

No bojo de uma modernização institucional que procurava aproximar o Legislativo Estadual da sociedade, a escola nasceu em 1982 para oferecer cursos, seminários e debates para a formação continuada e o aperfeiçoamento do corpo técnico da Assembléia, além de atividades destinadas aos parlamentares e ao público externo.

A necessidade de um órgão educativo para o aprimoramento democrático da própria instituição resultou na criação de uma escola pioneira no Brasil e hoje referência para os demais Legislativos Estaduais.

Do mesmo modo, tornou-se um modelo para as Câmaras Municipais, pela excelência na formação de legisladores e assessores legislativos.

Capacitando parlamentares, assessores e servidores para uma melhor atuação no âmbito do Poder Legislativo, a Escola, também se abrindo ao público em geral e desenvolvendo, com jovens estudantes, atividades de educação para a cidadania, vem contribuindo para o aprimoramento da interlocução entre a sociedade civil e a Assembléia, sobretudo na formulação das leis que orientam as políticas públicas.

A Escola do Legislativo é hoje um instrumento imprescindível para esta Casa, ao consolidar a formação, em todos os níveis, de verdadeiros cidadãos, pela disseminação das virtudes democráticas e republicanas.

Quando a verdadeira democracia caracteriza-se pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como titulares de direito mas também como criadores de novos direitos, temos o dever de contribuir para a formação de um cidadão qualificado. Pela educação e a participação social, cada cidadão pode tornar-se um governante, mesmo sem ter um cargo formal. O importante é sentir sua vida integrada a um todo social para o qual contribui com suas ações, suas opiniões e sua participação nas múltiplas instâncias do tecido social.

Importante agente da educação para a democracia, a Escola do Legislativo merece hoje, na comemoração de seus 15 anos, o respeito e a admiração não apenas do povo mineiro, como também de todos os brasileiros, já que é hoje uma instituição cujo trabalho alcança reflexos nacionais.

É assim que, na seqüência desta homenagem, estamos promovendo o X Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo, discutindo o tema "Ética Pública e Democracia - o Papel da Educação Legislativa".

Aos idealizadores e aos que tiveram a decisão política dessa importante escola de cidadania, à atual equipe da Escola e a todas aquelas que a antecederam, pelo esforço, seriedade e aplicação de todos os servidores que carregam a bandeira da escola e da educação, nosso comovido agradecimento. Muito obrigado!

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 27, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/9/2007

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Tiago Ulisses

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.547/2007; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 469/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 669/2007; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.084/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 709/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.111/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.129/2007, aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Veto Total à Proposição de Lei nº 17.830 e as Propostas de Emenda à Constituição nºs 19 e 22/2007, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, e o Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, que, na referida reunião, recebeu substitutivo e emendas e foi devolvido à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Bráulio Braz) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 34 Deputados, que, somados aos 5 em comissões, totalizam 39 parlamentares, número suficiente para a continuação dos trabalhos.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.547/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de torrefação e moagem de café, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 469/2007, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre a utilização de madeira apreendida no Estado para a construção de habitações populares e dá outras providências. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 469/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 669/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.084/2007, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Módica o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 709/2007, do Deputado Padre João, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Viçosa o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 709/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.111/2007, do Deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cambuquira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

O Sr. Presidente (Deputado Tiago Ulisses) - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.129/2007, do Deputado Doutor Viana, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Curvelo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.129/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/9/2007

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sebastião Helvécio e Fahim Sawan. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater questões relativas a exames de investigação de paternidade e comunica o recebimento da seguinte correspondência: convite do Reitor da Unifenas e do Prefeito Municipal de Belo Horizonte, para o ato de assinatura de convênio entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Universidade Unifenas, no dia 20, às 10 horas. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Maria Borges, assessor especial da Secretaria de Saúde; Beatriz de Lourdes Souza, Coordenadora da Promotoria Declaratória de Paternidade; Bruno Lombardi, Defensor Público; Sandra Maria da Silva, Promotora de Justiça da Comarca de Uberaba; Mariana Salazar, Secretária de Planejamento e Gestão do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Fahim Sawan, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite, em que solicita seja encaminhada à Secretaria de Saúde ofício a fim de que seja averiguada denúncia, com graves consequências à saúde da população do Município de Caparaó- Fazenda Cristo Rei -, de uso abusivo de agrotóxicos por fazendeiros locais; Fahim Sawan, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, para ampliar a discussão sobre a questão da investigação de paternidade; Ruy Muniz (2) em que solicita seja enviado ofício ao Secretário de Saúde pleiteando o credenciamento de laboratórios no interior do Estado para realizar a coleta de material para exame de investigação de paternidade, sob a orientação do Nupad. Solicita, ainda, que seja garantida a realização do exame mencionado no

interior do Estado e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, de forma proporcional às respectivas demandas e populações; solicita também que esta Comissão envie manifestação de aplauso à Sra. Beatriz de Lourdes Souza, Coordenadora da Promotora Declaratória pelo trabalho humanitário desenvolvido nos casos em que atua; dos Deputados Hely Tarquínio, Ruy Muniz e Fahim Sawan, em que pleiteiam seja enviado ofício ao Secretário de Saúde solicitando a realização de mutirão para atender a demanda de aproximadamente 10 mil exames, eliminando, dessa forma, a atual fila existente no Judiciário. Para tanto, solicitam seja feita a previsão orçamentária de aproximadamente R\$2.000.000,00, para garantir o direito à filiação, considerado fundamental; Fahim Sawan e Carlos Mosconi, em que solicitam seja realizada audiência pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, para ampliar a discussão sobre a questão da investigação de paternidade; Carlos Pimenta, em que solicita seja enviado ofício ao Secretário de Saúde, encaminhando documentação sobre o sistema de saúde da Espanha, obtida em viagem técnica desta Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2007.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Carlos Pimenta - Ruy Muniz - Elisa Costa.

ATA DA 20ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/9/2007

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e o Deputado Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Jayro Lessa e Carlin Moura. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elisa Costa, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir sobre o intenso fluxo de trabalhadores brasileiros para o exterior, em busca de oportunidades de trabalho, suas causas e conseqüências, em especial para a região do Vale do Rio Doce, e a criação de medidas para minimizar os efeitos da emigração. A Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais foram designados os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.457, 1.475, 1.508/2007 (Deputado Walter Tosta); 985, 1.277, 1.485/2007 (Deputado Domingos Sávio); 571, 1.506/2007 (Deputada Elisa Costa); 1.308, 1.474, 1.490/2007 (Deputado Antônio Carlos Arantes), todos em turno único. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs: Prof. Weber Soares, Pesquisador da Faculdade de Geociências da UFMG; Prof. Roberto Nascimento, Pesquisador do Cedeplar - Plano de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha; Profª Sueli Siqueira, Pesquisadora do Núcleo de Estudos Multidisciplinar sobre Desenvolvimento Regional da Univale; Antônio Carlos Linhares Borges, Coordenador do Centro de Informação, Apoio e Amparo à Família e ao Trabalhador no Exterior - Ciatt; Júlio Maria de Souza, Prefeito Municipal de Gonzaga; Matozinhos Antônio da Silva, Maria Otoni de Menezes, Giovani da Silva, respectivamente, pai, mãe e irmão de Jean Charles de Menezes; Amarildo Barbosa e Erionaldo Mendonça da Silva, emigrantes, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na condição de autora do requerimento que motivou a reunião tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2007.

Rosângela Reis, Presidente - Elisa Costa - Antônio Carlos Arantes - Walter Tosta.

ATA DA 20ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/9/2007

Às 16h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Weliton Prado, Ronaldo Magalhães, Ademir Lucas e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicadas no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Antônio Hélio Silva, Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, e comunicação da Deputada Elisa Costa (15/9/2007). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.103, 1.106, 1.107, 1.117 e 1.124/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Weliton Prado, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater a renovação do contrato celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Itaú, em especial, a possíveis irregularidades do termo aditivo firmado em 4/7/2002. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2007.

Weliton Prado, Presidente - Ronaldo Magalhães - Ademir Lucas.

ATA DA 16ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/9/2007

Às 16h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, Domingos Sávio, Agostinho Patrús Filho (substituindo este ao Deputado Inácio Franco, por indicação da Liderança do PV) e Weliton Prado (substituindo o Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência informa que na reunião anterior foi distribuído em avulso o parecer do relator, Deputado Domingos Sávio, ao Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, que conclui por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 5, apresentadas. Na fase de discussão, o relator apresenta outro parecer que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 6, apresentadas. O Presidente informa que foram recebidas as propostas de emenda nºs 1 a 3, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, 5, do Deputado Deiró Marra, 6 a 11, do Deputado Sargento Rodrigues, e 12, do Deputado André Quintão. Encerrada a discussão, é submetido a votação e aprovado o parecer do relator. Ficam prejudicadas as Propostas de emenda nºs 1 a 3 e 5 a 12 por estarem contempladas no parecer do relator e rejeitada a proposta de emenda nº 4, da Deputada Maria Lúcia Mendonça. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Elmiro Nascimento solicitando que o Projeto de Lei nº 1.585/2007 seja também apreciado por esta Comissão, conforme dispõe o art. 183 do Regimento Interno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2007.

Elmirio Nascimento, Presidente - Domingos Sávio - Inácio Franco - Ademir Lucas - André Quintão.

ATA DA 9ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Redação NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/9/2007

Às 11 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Délio Malheiros (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús Filho, por indicação da Liderança do PV) e Sebastião Costa (substituindo a Deputada Gláucia Brandão, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou como relator o Deputado Délio Malheiros: Projeto de Lei nº 1.368/2007. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.368/2007 (relator: Deputado Délio Malheiros). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão - Gilberto Abramo.

ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 26/9/2007

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis e Elisa Costa e os Deputados Antônio Carlos Arantes e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 571/2007 (relatora: Deputada Elisa Costa); 1.102 este com o Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Domingos Sávio); 1.208, 1.418, 1.425, 1.429, 1.434, 1.439/2007 (relator: Deputado Walter Tosta); 1.308, 1.474, 1.490/2007 (relator: Deputado Antônio Carlos Andrada), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.116, 1.155, 1.164, 1.177 e 1.205/2007. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 259, 402, 908, 1.278, 1.279, 1.281, 1.291, 1.294, 1.296, 1.302, 1.320, 1.321, 1.322, 1.326, 1.330, 1.334, 1.348, 1.359, 1.362, 1.370, 1.371, 1.373, 1.374, 1.380, 1.382, 1.384, 1.385, 1.388, 1.389, 1.390, 1.391, 1.393 e 1.394/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada reunião desta Comissão com a de Participação Popular, para, em audiência pública, discutir o papel dos entes federados no Plano Decenal da Assistência Social; da Deputada Elisa Costa em que pleiteia seja formulado apelo ao Ministério das Relações Exteriores com vistas a que sejam enviados esforços para uma solução justa do caso envolvendo Jean Charles de Menezes, cidadão de Minas; sejam encaminhadas ao referido Ministério as notas taquigráficas da audiência pública realizada em 19/9/2007; e seja realizada outra audiência pública para debater alternativas para minimizar o fluxo migratório de cidadãos mineiros para o exterior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Rosângela Reis, Presidente - Walter Tosta - Lafayette de Andrada.

ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 26/9/2007

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Weliton Prado, Ronaldo Magalhães e Ademir Lucas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Raimundo Francisco Penaforte, Prefeito Municipal de Itanhomi, em que encaminha sugestão de obra prioritária nesse Município para inclusão no PPAG; e de ofício da Sra. Maria Lúcia Cardoso, Deputada Federal, publicado no "Diário do Legislativo", em 21/9/2007. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.152, 1.166, 1.167, 1.168, 1.173 e 1.200/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Weliton Prado, Presidente - Wander Borges - Ademir Lucas - Padre João.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 28ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 17 horas do dia 1º/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Bráulio Braz, Eros Biondini e Zezé Perrella, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Almir Paraca, Inácio Franco e Wander Borges, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, para a reunião a ser realizada em 1º/10/2007, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico dos Municípios do entorno do Lago de Furnas, em especial aqueles relacionados às potencialidades turísticas locais, tendo em vista a sustentabilidade ambiental da região.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/10/2007, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater temas relacionados à segurança no Município de Águas Formosas e região, bem como as condições da cadeia pública local, com vistas à criação de uma Apac, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.013/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Costa, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Grêmio Esportivo de Manhuaçu, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.013/2007 pretende declarar de utilidade pública o Grêmio Esportivo de Manhuaçu, que tem como finalidade primordial implementar ações nas áreas de educação, esporte, cultura e promoção social.

Para alcançar suas metas, cria unidades esportivas; promove campanhas educativas de prevenção ao uso de drogas; coíbe a prostituição infantil; orienta sobre a preservação do meio ambiente; oferece proteção à família, à criança, à gestante e aos idosos; realiza ciclos de estudos, palestras e conferências visando ao aperfeiçoamento técnico e intelectual de seus associados; celebra convênios para ampliação dos serviços que presta à coletividade; combate a fome e a pobreza.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.013/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Carlin Moura, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.292/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado João Leite, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Oito de Dezembro Esporte Clube, com sede no Município de Mariana.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.292/2007 pretende declarar de utilidade pública o Oito de Dezembro Esporte Clube, com sede no Município de Mariana, que tem como finalidade precípua o desenvolvimento do desporto e a realização de atividades sociais dirigidas a seus associados.

Na consecução de suas metas, mantém atividades esportivas para todas as idades; promove festas e espetáculos artísticos; firma convênios com órgãos públicos e entidades privadas para ampliar e subsidiar suas iniciativas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.292/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Carlin Moura, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.472/2007

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Núcleo de Orquidófilos de Guaxupé, com sede no Município de Guaxupé.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.472/2007 pretende declarar de utilidade pública o Núcleo de Orquidófilos de Guaxupé, entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivo o estudo, a divulgação e o cultivo de orquídeas.

Na consecução de seus propósitos, realiza palestras sobre matérias correlatas à orquidologia e, anualmente, a exposição de orquídeas e plantas ornamentais em Guaxupé, a fim de incentivar o cultivo dessas flores de rara beleza.

Por promover o respeito à natureza e a sua preservação, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.472/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Sávio Souza Cruz, relator.

PARECER PARA O TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.482/2007

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, a proposição em epígrafe tem por objetivo instituir o Dia Estadual de Combate à Violência contra a Mulher.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma apresentada. A proposição vem, agora, a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 102, V, c/c o art. 190, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.482/2007 pretende instituir o Dia Estadual de Combate à Violência contra a Mulher, a ser celebrado, anualmente, no dia 25 de novembro - coincidente com o Dia Internacional de Eliminação da Violência contra as Mulheres -, quando serão desenvolvidas, especialmente nas escolas públicas, atividades como palestras, debates e seminários sobre o tema.

Diversas são as modalidades de violência praticada contra a mulher, sendo as principais delas: a lesão corporal, o assédio sexual, o atentado ao pudor, a sedução, o rapto, a agressão emocional ou moral (pressão, ameaça e induzimento ao suicídio), a discriminação racial, religiosa, política e profissional (desigualdade de oportunidade e de crescimento e a preterição de emprego).

Pesquisas revelam que, no Brasil, de cada 100 mulheres agredidas, 25 sofreram violência física, das quais 90% acontecem no ambiente familiar, podendo-se inferir, portanto, praticadas sobretudo por maridos, companheiros, padrastos, pais e irmãos. Apenas um terço dos casos de violência são denunciadas pelas vítimas em virtude do medo de retaliação, com abalo de sua reputação no meio social ou por não saberem a quem recorrer.

Insegurança, medo, indiferença das autoridades públicas e da sociedade, impunidade, dentre outros fatores, contribuem para que não haja a denúncia.

Homens e mulheres são iguais em direitos e por isso impõe-se despertar a harmonia na convivência familiar e social, com respeito e solidariedade. A felicidade deve ser consequência de uma vida estável emocionalmente, com plena realização profissional e com a satisfação das necessidades básicas e fundamentais de afeto, carinho, alimentação, habitação, instrução, cultura e lazer, de crescimento espiritual, enfim, de uma vida digna como ser humano.

A sociedade tem diante de si o grande desafio de acabar com violência em todas as modalidades e, no que concerne àquela praticada contra a mulher, a apresentação do projeto de lei sob análise é oportuno e meritório.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.482/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Luiz Tadeu Leite, Presidente - João Leite, relator - Padre João.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.488/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação à escola estadual de ensino fundamental e médio – EJA – situada no Município de Unaí.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.488/2007 pretende dar a denominação de Escola Estadual Múcio de Castro Alves, de Ensino Fundamental e Médio – EJA –, à escola estadual localizada na Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior, na Fazenda Macaúbas, no Município de Unaí.

O homenageado, cabe ressaltar, foi advogado renomado que prestou relevantes serviços à comunidade de Unaí, na área social e educacional. Foi Diretor de Reeducação e Reabilitação da Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior, atuando como Diretor-Geral da unidade no período de 1966 a 1999.

Era conhecido por sua crença na reeducação dos detentos e por sua dedicação ao trabalho. Foi o responsável pela implantação da escola de ensino fundamental na Penitenciária, como segundo endereço da Escola Municipal Glória Moreira, e pelas telessalas em parceria com o Cesec Júlio Martins Ferreira.

Por seus esforços em prol da recuperação dos detentos, a perpetuação de seu nome proposta pelo projeto de lei em análise é oportuna e meritória.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.488/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.527/2007

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Delvito Alves, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Feirantes de Arinos – AFA –, com sede no Município de Arinos.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e

legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.527/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Feirantes de Arinos, que possui como finalidade primordial promover ações que visem melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais.

Na consecução de seus propósitos, desenvolve atividades educacionais, culturais e assistenciais, combate a fome e a pobreza, concorre para a conservação do patrimônio histórico e artístico, orienta sobre a preservação da natureza, atua na promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais e luta pelo fortalecimento da agricultura familiar.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.527/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Getúlio Neiva, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 1.015/2007

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Weliton Prado, "torna obrigatória a comunicação dos repasses de recursos financeiros estaduais para os Municípios às respectivas Câmaras Municipais e a disponibilização, na internet, de informações sobre as atividades da administração pública - Minas Transparente - e dá outras providências".

Foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 263/2007, do Deputado Padre João, por conter matéria de conteúdo similar.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem, agora, a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, IV, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise pretende conferir mais transparência ao processo de repasse de recursos aos Municípios, efetuado pelos órgãos da administração direta e indireta do Estado, os quais ficam obrigados a comunicar às Câmaras Municipais os referidos repasses.

Segundo os termos do projeto, a comunicação a que se refere a norma deverá conter o valor total do repasse, a destinação dos recursos, o número e o prazo de vigência do convênio celebrado com o Município e, quando couber, o prazo para prestação de contas.

Trata-se de medida salutar, em consonância com o princípio da publicidade, inerente a qualquer atividade desenvolvida pelos agentes da administração pública nos diversos níveis da Federação.

Na medida em que o cidadão tiver conhecimento dos valores dos repasses, da destinação do dinheiro e do prazo para prestação de contas, poderá contribuir sobremaneira para a fiscalização dos atos praticados pelos administradores municipais, oferecendo denúncia quanto aos eventuais desvios.

A Constituição da República consagra o princípio da publicidade, conforme enfatizado pelo relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, sendo relevante o detalhamento acerca da aplicabilidade do dinheiro público, o que pode ser considerado, em última análise, como a materialização desse princípio.

Deve ser garantido ao cidadão brasileiro, tanto na condição de contribuinte como na de usuário dos serviços públicos, o legítimo direito de obter informações acerca da utilização dos recursos arrecadados pelo Estado, conforme pretendido pelo autor do projeto.

Observa-se que a proposta foi suficientemente aprimorada quando do seu trâmite na Comissão de Constituição e Justiça, que a aprovou na forma do Substitutivo nº 1, o qual inclui as propostas constantes no Projeto de Lei nº 263/2007.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.015/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Délio Malheiros, Presidente - Célio Moreira, relator - Walter Tosta.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Délio Malheiros, "dispõe sobre a comercialização de bebidas em lata e dá outras providências".

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto, na forma do Substitutivo nº 1.

Vem, agora, a matéria a Esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, IV, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise pretende instituir mecanismos de proteção da saúde do consumidor que adquire bebidas acondicionadas em latas, para consumo imediato.

A higienização das embalagens de bebidas, ou mesmo a colocação de selos de proteção na sua parte de contato com a boca do usuário, certamente evitará a proliferação de inúmeras doenças, especialmente a leptospirose, transmitida pela urina dos ratos que comumente vivem em depósitos de alimentos.

O projeto está em absoluta consonância com as normas protetivas do consumidor, particularmente com a Lei nº 8.078, de 11/9/90, que erige à categoria de princípio a proteção da vida e da saúde do consumidor.

O Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, adequou o projeto à técnica legislativa, sendo acolhido por este relator por contemplar, exclusivamente, as situações em que o produto é vendido para consumo imediato.

Entendemos que esta Casa Legislativa contribui, com a aprovação da proposta, tanto para a política de proteção da saúde do consumidor, quanto para a diminuição de atendimentos médicos hospitalares, pela rede pública, com a eliminação de um ponto de contaminação de bactérias e outros agentes que causam muitos danos à população, notadamente às crianças.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.121/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Célio Moreira, Presidente e relator - Walter Tosta.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 27/9/2007, a seguinte comunicação:

Do Deputado Sávio Souza Cruz, notificando o falecimento do Sr. José Maria Magalhães, ocorrido em 26/9/2007, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Associação dos Municípios da Microrregião do Circuito das Águas - AMAG - pelo transcurso do seu 30º aniversário (Requerimento nº 1.014/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Passa-Tempo pelo transcurso do 96º aniversário do Município (Requerimento nº 1.049/2007, do Deputado Zezé Perrela);

de congratulações com a comunidade de Elói Mendes pelo transcurso do 96º aniversário do Município (Requerimento nº 1.068/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a poetisa Yeda Prates Bernis pela sua posse na Academia Mineira de Letras (Requerimento nº 1.071/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a agência do Banco do Brasil de Itajubá pelo transcurso do 25º aniversário de funcionamento (Requerimento nº 1.072/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Câmara Municipal de Campanha pelo transcurso do aniversário da cidade (Requerimento nº 1.073/2007, do Deputado

Ivair Nogueira);

de congratulações com a Câmara Municipal de Guaranésia pelo transcurso do aniversário da cidade (Requerimento nº 1.074/2007, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a Prefeitura Municipal e com a Câmara Municipal de Esmeraldas pelo transcurso do aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.075/2007, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a Câmara Municipal de Diogo de Vasconcelos pelo transcurso do aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.076/2007, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Extrema pelo transcurso do 106º aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.094/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Jacutinga pelo transcurso do 106º aniversário desse Município (Requerimento nº 1.095/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Rádio Transamérica FM 102,7 MHz de Governador Valadares pelo transcurso do 12º aniversário de seu funcionamento no Município (Requerimento nº 1.099/2007, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Município de Campanha pelo transcurso do 270º aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 1.103/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o empresário Paulo Caçado por sua reeleição como Presidente do Sindicato do Comércio Óptico de Minas Gerais (Requerimento nº 1.105/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de pesar pelo falecimento do Sr. Edson Miranda Alves Campos, Vereador de Resplendor, ocorrido em 31/8/2007 (Requerimento nº 1.106/2007, do Deputado José Henrique);

de pesar pelo falecimento do Sr. Almir de Souza Muniz, Prefeito Municipal de Resplendor, ocorrido em 31/8/2007 (Requerimento nº 1.107/2007, do Deputado José Henrique);

de congratulações com o Município de Caxambu pelo transcurso do 106º aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 1.117/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Paulo Rodrigues Rosa por ter sido agraciado com o Colar do Mérito Joaquim José da Silva Xavier - Tiradentes (Requerimento nº 1.118/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Eli Lucas de Mendonça por ter sido agraciado com o Colar do Mérito Joaquim José da Silva Xavier - Tiradentes (Requerimento nº 1.119/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Gen. João Roberto de Oliveira por ter sido agraciado com o Colar do Mérito Joaquim José da Silva Xavier - Tiradentes (Requerimento nº 1.120/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Roberto Alfeu Pena Gomes por ter sido agraciado com o Colar do Mérito Joaquim José da Silva Xavier - Tiradentes (Requerimento nº 1.121/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Companhia Brasileira de Metalurgia pelo recebimento da 25ª Medalha de Ouro da Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais (Requerimento nº 1.123/2007, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a comunidade do Município de Itabirito pelo transcurso do seu 84º aniversário (Requerimento nº 1.124/2007, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sr. Rodrigo Luiz de Araújo Oliveira Batista, representante da OAB Jovem da 62ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais - por ter sido agraciado com a Medalha Desembargador Alyrio Cavallieri (Requerimento nº 1.125/2007, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o 6º Batalhão da PMMG de Governador Valadares pelo transcurso do 55º aniversário de sua criação (Requerimento nº 1.126/2007, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais - ABM - pelo transcurso do 63º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 1.134/2007, do Deputado Jayro Lessa).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/9/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando, a partir de 1º/10/07, Antônio Benedito Salgueiro Miguel do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

nomeando Antônio Benedito Salgueiro Miguel para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando, a partir de 1º/10/07, Ailon Luiz do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/10/07, Domingos José da Fonseca do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/10/07, Erton Gaspar de Matos do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/10/07, Roberta Falcucci Melo do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

nomeando Ailon Luiz para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas;

nomeando Domingos José da Fonseca para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Erton Gaspar de Matos para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Roberta Falcucci Melo para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Getúlio Neiva

exonerando, a partir de 1º/10/07, Michel Russo Aramuni do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/10/07, Rubens Scofield Pereira da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Michel Russo Aramuni para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Rubens Scofield Pereira da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada

exonerando Alessandra Aparecida Pires Peixoto de Campos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Padre João

exonerando, a partir de 1º/10/07, Antônio Sad Resende Cândido do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz

exonerando, a partir de 1º/10/07, Eraldo Firmino de Castro do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/10/07, Maria Luiza Nonato Martins do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/10/07, Roberto Brandão Araujo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/10/07, Sílvia Leticia de Castro do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Eraldo Firmino de Castro para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Maria Luiza Nonato Martins para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Roberto Brandão Araujo para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas;

nomeando Sílvia Leticia de Castro para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando, a partir de 1º/10/07, Antônio Carlos Soares Lima do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/10/07, Denilson Francisco Teixeira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/10/07, Elizabeth de Oliveira Freitas do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/10/07, Emanuel de Fatima Ferreira do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/10/07, Pedro de Jesus do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Antônio Carlos Soares Lima para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Denilson Francisco Teixeira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Elizabeth de Oliveira Freitas para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Emanueli de Fatima Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Fortunato Francisco de Aquino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Pedro de Jesus para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas.

Gabinete do Deputado Walter Tosta

exonerando, a partir de 1º/10/07, Ana Paula de Alcantara Novaes Veloso do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Liberta da Silva Pinheiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, à vista do disposto no artigo 40, I, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e no laudo médico da Coordenação de Saúde e Assistência, datado de 25/7/07, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez, a partir de 14/5/07, com proventos integrais, calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 10.887, de 18/6/04, o servidor Moacyr Louzada Machado Júnior, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2007

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 18/10/2007, às 14h30min, pregão presencial, do tipo menor preço global anual, tendo por finalidade a aquisição de assinaturas anuais de jornais.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 15/10/2007, às 10h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de peças e componentes para equipamentos de informática.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de São João das Missões. Objeto: doação de 1 microcomputador marca Zenith, modelo Z-Station LX2. Licitação: dispensa.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de São Geraldo. Objeto: doação de bens inservíveis. Licitação: dispensa.

TERMO DE AFETAÇÃO

Cedente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Escola Estadual Professor Elídio Duque, de Salinas. Objeto: doação de 1 microcomputador marca Zenith. Licitação: dispensa.

ERRATA

TERMO DE CONTRATO

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 28/9/2007, na pág. 73, col. 4, na última linha, onde se lê:

"Objeto: dispensa.", leia-se:

"Objeto: doação de bens móveis. Licitação: dispensa.".